



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA (IPOL)  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

GABRIELA FERREIRA BERSAN DOS REIS

**A RELAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS INSTITUIÇÕES  
POLÍTICAS FORMAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A #PARTIDA/DF**

Brasília/DF

2019

BRASÍLIA/DF

GABRIELA FERREIRA BERSAN DOS REIS

**A RELAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS INSTITUIÇÕES  
POLÍTICAS FORMAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A #PARTIDA/DF**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência  
Política (IPol) como requisito à obtenção do  
título de Bacharela em Ciência Política.

Orientadora: Professora Dra. Rebecca Neaera  
Abers

Brasília/DF

2019

GABRIELA FERREIRA BERSAN DOS REIS

---

Professora Doutora Rebecca Neaera Abers (Orientadora)

---

Professora Doutora Marília Silva de Oliveira (Parecerista)

## **RESUMO**

Esta pesquisa visa contribuir para os estudos existentes sobre a relação entre movimentos sociais e instituições políticas formais, especialmente partidos políticos, com foco na análise desta relação através de um estudo de caso do grupo feminista, a #partida/DF, movimento que busca maior representação para mulheres. Cada ativista tem suas próprias história e intensidade de engajamento, o que traz diversidade para o movimento. Todavia, há um motivo em comum entre elas: a luta por maior representatividade das mulheres, com a ocupação de espaços políticos. Somente a pressão por fora não era suficiente, a atuação deve estar dentro deles para que haja maior efetividade. Observou-se, portanto, uma inovação de repertório (CLEMENS, 2010), por meio de uma maior aproximação com os partidos, dando uma maior visibilidade e concretude às demandas das mulheres do DF.

**PALAVRAS-CHAVE:** movimentos sociais; instituições políticas; partidos políticos; eleições 2018; movimento feminista.

## SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	5
2 – METODOLOGIA	5
3 – DISCUSSÃO TEÓRICA	7
3.1 – REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA	7
3.2 – OS MOVIMENTOS FEMINISTAS	10
4 – A #PARTIDA	12
4.1 – HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO	12
4.2 – PROPÓSITO	14
4.3 – ATUAÇÃO	16
4.4 – A #PARTIDA E AS INSTITUIÇÕES	18
4.5 – DISCURSO DAS ATIVISTAS. EU VERSUS NÓS	23
5 – CONCLUSÃO	24
6 – REFERÊNCIAS	27
6.1 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
6.2 – OUTRAS REFERÊNCIAS	28

## **1 – INTRODUÇÃO**

O presente trabalho visa contribuir para os estudos existentes sobre os movimentos sociais. Existem diversos tipos de atuação que eles podem ter para que as suas demandas sejam ouvidas e, conseqüentemente, atendidas. Dentre as formas de alcançar os seus objetivos, os movimentos podem optar por manter relações mais próximas com as instituições políticas formais, como os partidos políticos, como uma forma de cooperação.

Nesse sentido, o foco da pesquisa é no estudo da relação existente entre movimentos sociais e as instituições políticas formais no Distrito Federal, os partidos de forma mais específica. A pergunta norteadora é “Por que um movimento social (#PartidA/DF) busca adentrar ao espaço político institucional formal?”. Essa pergunta é importante já que a literatura tradicional presume que os movimentos sociais, principalmente os movimentos feministas, atuam de fora das instituições formais, tentando fazer pressão, sem adentrar de fato nestes espaços.

A #PartidA/DF é, de forma breve, um movimento composto por mulheres feministas que buscam uma maior representação para as mulheres nos espaços políticos formais e informais, eletivos e não eletivos. Este é um caso interessante para se fazer a análise, vez que oferece um exemplo da interação de movimentos com as instituições formais por meio do processo eleitoral.

Dessa maneira, o objetivo geral é o de compreender porque um movimento social busca adentrar nas instituições formais, principalmente com os cargos eleitorais e eletivos, para defender suas pautas e alcançar seus objetivos. Para aprofundar mais e contribuir para a discussão, tem-se, como objetivos específicos, a compreensão da importância que as integrantes do movimento social enxergam na interação com os partidos políticos e a análise da atuação do movimento nas eleições de 2018 e como isso influencia no alcance dos seus objetivos.

## **2 – METODOLOGIA**

A metodologia utilizada foi por meio de um desenho de pesquisa de um estudo de caso. Este proporciona uma situação observável necessária para analisar o problema de

pesquisa proposto. De forma geral, estudos de casos são utilizados quando se quer saber o motivo de determinados fenômenos contemporâneos dentro de algum contexto da realidade. Nesse processo, há a investigação e a análise de características significativas, dando uma visão de determinado evento/fenômeno como um todo (YIN, 2005).

A literatura clássica criticava esta metodologia por conta da limitação no estabelecimento de relações causais, já que há muitas variáveis e apenas um caso ou poucos casos. Apesar disso, o estudo de caso contribui para a produção de conhecimento uma vez que tem o intuito de promover explicações generalizáveis para a área estudada. Estudos de caso, segundo Gerring (2009 apud EV; GOMES, 2014), conseguem definir de forma mais satisfatória as causas dos fenômenos estudados, aumentando, assim, as relações entre as variáveis dependentes e independentes (EV; GOMES, 2014).

O caso escolhido para o estudo é o movimento social #partida. O movimento atua em vários estados brasileiros, além do Distrito Federal, e é composto por mulheres feministas que buscam uma maior visibilidade para as mulheres no campo político. O nome do movimento em si já traz uma reflexão. Há uma espécie de provocação com a escolha da vogal “A” no final do nome, trazendo uma ideia tanto de feminino para o movimento quanto de inversão no modo de fazer política. Essa inversão como sendo feita através da construção de uma democracia feminista radical<sup>1</sup>.

A proposta do movimento é, através de uma reflexão sobre o atual cenário político, conseguir inserir mulheres feministas no governo e no sistema político, para que a situação de precariedade da representação deste grupo minoritário seja modificada.

A justificativa para a escolha do caso gira em torno, principalmente, da pergunta de pesquisa. Atualmente, o Brasil se encontra em uma dinâmica política pluripartidária, com a existência de 35 partidos, sendo que há, ainda, 73 em processo de formação, segundo o Tribunal Superior Eleitoral<sup>2</sup>. Há um certo ceticismo no que diz respeito à estrutura partidária brasileira, por conta, principalmente, da enorme fragmentação existente.

---

<sup>1</sup> <https://partidanet.wordpress.com/2016/11/19/partida-feminista/>. Último acesso em: 10/11/19.

<sup>2</sup> <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Último acesso em: 10/11/19; <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Janeiro/brasil-tem-73-partidos-em-processo-de-formacao>. Último acesso em: 10/11/19.

O movimento social escolhido defende que ter mais mulheres ocupando importantes cargos, por meio, principalmente, dos partidos políticos, possibilitaria a mudança dessa estrutura política. Segundo elas, isso é necessário porque essa estrutura contribui para a baixa representatividade das mulheres. Como a demanda das mulheres não chega, de forma satisfatória, nesses espaços, o movimento sentiu a necessidade de procurar a mudança por meio de uma interação mais direta com os partidos políticos.

Os dados necessários para a pesquisa foram coletados através de entrevistas com as integrantes do movimento para obter um panorama mais geral da relação complexa existente entre os atores envolvidos, bem como para adquirir uma compreensão sobre a motivação das ativistas e do movimento no geral. As 8 (oito) entrevistas foram previamente elaboradas com perguntas tanto gerais quanto específicas e diversas, de acordo com a entrevistada.

Com uma pré-pesquisa feita, observou-se que o movimento possui um funcionamento bastante horizontal. Dessa forma, a estratégia de entrevista utilizada foi a de aplicar, pelo menos como uma orientação geral, o mesmo questionário para todas. De acordo com as respostas dadas ao longo da entrevista, novas perguntas surgiram, já que foi possível observar que, apesar da estrutura não hierarquizada, o movimento possui algumas ativistas mais envolvidas e outras menos. Nas entrevistas com as mais ativas, pôde-se fazer perguntas mais precisas sobre a história e a forma de atuação do grupo.

Subsidiariamente, houve a coleta de dados também por meio da pesquisa documental (Facebook e site do movimento, além de documentos que algumas ativistas me entregaram durante a entrevista).

### **3 – DISCUSSÃO TEÓRICA**

#### **3.1 – REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA**

Os movimentos sociais possuem diversas formas de agir, os chamados repertórios de confrontos. Tarrow (2009 [1998]) conceitua repertório de confrontos como sendo cultural e estrutural que, além de relacionar o que as pessoas fazem quando envolvidas em um conflito, chama atenção para o que elas sabem sobre o que fazer e o esperado pelos outros que elas façam. Há mudanças no repertório ao longo do tempo e, nesse



sentido, o autor aponta um antigo (séc. XVI/XVIII), que era estreito, bifurcado e particular, em contrapartida de um novo (séc. XIX/XX), cosmopolita, modular e autônomo.

Os repertórios de ação são como um reflexo histórico e atual da interação entre os movimentos e os seus opositores. Eles concretizam as suas reivindicações e demandas aos seus destinatários, de modo que se faz necessária a inovação tática de tempos em tempos, para que o uso repetido da mesma forma de ação não diminua a eficácia instrumental da atuação dos movimentos (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Os ativistas tendem a escolher os seus repertórios de acordo com as condições nas quais eles se encontram. Nos seus processos políticos de luta, dentre as opções existentes de repertórios, eles optam por aquelas que são mais adequadas para se alcançar o seu propósito. Ou seja, de acordo com o problema que eles enxergam, eles atribuem sentido à sua luta de uma forma mais contenciosa ou mais de “reiteração da ordem”, escolhendo, assim, formas de ação pertinentes à situação. Isso ocorre devido ao caráter vazado do repertório, permitindo que um instrumento e uma forma de agir não sejam peculiares a um grupo, mas sim a toda uma estrutura de conflito (ALONSO, 2009).

Um ponto que afeta na escolha e nas possibilidades de um movimento são as estruturas de oportunidades políticas existentes, tanto interna quanto externamente. As oportunidades políticas são, segundo Tarrow (2009 [1998]), as condições de mobilização em que os movimentos se encontram que funcionam como incentivos ou desincentivos para a ação política deles.

Existem alguns quesitos das oportunidades políticas que podem ser observados na análise da atuação de movimentos: a força do Estado e as estratégias preponderantes, que, no geral, trazem que um Estado pode ser forte ou fraco, incluyente ou excluyente, de diversas formas possíveis; as formas de repressão, que podem tanto prejudicar a ação coletiva quanto aumentar os custos da organização da opinião pública; e os paradoxos repressivos, que trazem a questão de que os aparelhos repressivos efetivos podem silenciar alguns grupos, mas dar forças aos seus opositores (TARROW, 2009 [1998]).

Nesse contexto, a relação entre movimentos sociais e as instituições políticas do Estado como sendo um tipo de repertório é estudada sob o quesito “cooptação” e não numa espécie de interação mais profunda (MEZA, TATAGIBA, 2016). Abers, Serafim e

Tatagiba (2014) trazem a ideia de que uma inovação criativa nos padrões estruturais de interação entre Estado e movimento pode ser um caminho para a transformação do sistema político. Nesse sentido, este trabalho visa compreender se a referida relação pode ser uma das formas de transformação por meio da atuação por dentro das instituições formais, principalmente dos partidos políticos.

Segundo Abers e Von Bülow (2011), os estudos existentes tendem a invisibilizar alguns tipos de relações sociais que são importantes para se compreender o ativismo transformador. Dentre essas relações, pode-se destacar a forma como esse ativismo opera dentro das estruturas políticas formais, objetivando a mudança do *status quo*.

Essa restrição da visão da interação entre os movimentos sociais e os atores institucionais dificulta a análise de formas de relação em que há uma influência mútua e uma cooperação, e não necessariamente uma interação apenas conflituosa (CARLOS, 2017).

Segundo Banaszack (2005), existem três principais formas com que as políticas do Estado podem criar oportunidades para que os ativistas de movimentos adentrem aos espaços políticos formais. Primeiro, quando há a chance de se ter mudanças organizacionais, as organizações podem usar a expertise dos movimentos para administrar os novos programas do governo. Segundo, com a adoção de políticas que gerem uma mudança de pessoal (*personnel*), podem surgir importantes aliados poderosos para o movimento no governo. Por último, as mudanças na operação de regras e normas podem fazer com que as posições e funções governamentais sejam mais atrativas para os ativistas.

Assim, as oportunidades políticas que a interação com o Estado e as suas instituições podem proporcionar são vistas como uma forma de inovação de repertório que tende a gerar impactos importantes para os propósitos dos movimentos, principalmente aqueles que buscam uma mudança política geral significativa. Nos campos institucional e cultural, as formas de organização e atuação coletiva dos movimentos são meios centrais para a transformação de sistemas políticos (CLEMENS, 2010).

O repertório escolhido por um movimento reflete e ajuda a formar os padrões de organização social. Assim como qualquer indivíduo ou grupo o adquire, um repertório é

constituído pela experiência e pela percepção das formas existentes de organização social. Utilizando-se de instrumentos e modelos tradicionais que já funcionaram no passado, os movimentos aproveitam as oportunidades para atualizá-los e arriscar em novas formas de atuação, que podem ou não serem eficazes (CLEMENS, 2010).

Nesse sentido, o presente trabalho visa contribuir para este debate com o estudo dos repertórios de ação escolhidos pelos movimentos sociais que signifiquem uma atuação por meio da influência e do impacto “de dentro” do sistema político. Por isso, houve a escolha da pergunta de pesquisa norteadora: “Por que um movimento social (#PartidA/DF) busca adentrar ao espaço político institucional formal?”.

Esse tipo de repertório ainda é pouco explorado pela literatura, que estuda mais a relação com o Executivo, não existindo tantas pesquisas acerca da relação de movimentos sociais com os partidos políticos. Apesar de já haver um volume de literatura considerável que detecta a operação de movimentos sociais no interior do Estado, relacionando-se com os partidos políticos, principalmente (como BANASZAK, 2010), a discussão ainda é atual, visto que os movimentos ainda tentam adentrar nos espaços políticos formais, como a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Isso acontece particularmente em períodos eleitorais, com a busca por cargos políticos e eleitorais.

### **3.2 – OS MOVIMENTOS FEMINISTAS**

As mulheres, enquanto grupo social minoritário, têm se organizado de diversas formas para conseguir alcançar seus direitos básicos. Mais especificamente, o movimento feminista tende (ou tendeu) a agir como um movimento que atua por fora das instituições políticas formais, pressionado por meio de uma atuação muito mais contenciosa do que dialógica. Segundo Biroli (2018), no Brasil, a luta das mulheres tem ganhado mais destaque desde à época da ditadura que, com seu caráter autoritário e excludente, afastou o interesse dos grupos feministas em atuar confiando no Estado e a ação se deu mais de forma conflituosa e por fora.

Essa situação se alterou um pouco nas décadas de 80 e 90 quando emergiu a ideia da possibilidade de maior diálogo com o governo e alterou mais ainda no primeiro governo de Lula, com a existência de uma grande permeabilidade do Estado justificada,

principalmente, pelo fato de que o Partido dos Trabalhadores (PT) já possuía um histórico com os movimentos sociais (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

O movimento feminista luta pelas questões de gênero das mulheres e questiona os sistemas culturais e políticos que foram construídos através dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres. É um movimento definido pela autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pela organização horizontal, sem a existência de esferas hierarquizadas (COSTA, 2005).

Nesse sentido, a escolha pela atuação de forma interacional com o Estado e as suas instituições não é um processo de fácil aceitação no interior do movimento feminista. Desde a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no período de redemocratização brasileiro, que contou com a participação de mulheres do movimento feminista, a participação no interior do Estado é vista de forma polêmica. Isso porque, para algumas ativistas, adentrar nesses espaços institucionais minaria, de certa forma, a autonomia conferida ao movimento feminista (COSTA, 2005; BIROLI, 2018).

Apesar disso, o contato com o Estado aumentou e continua aumentando à medida em que ele é colocado e convencido como uma forma de dar visibilidade e concretude às demandas das mulheres. Esse acesso às instituições formais pode ser visto como uma boa forma de atuação de movimentos sociais, vez que significa estar em espaços onde as decisões são tomadas para, assim, aumentar a representatividade e a inclusão de grupos marginalizados, como as mulheres (COWELL-MEYERS, 2014).

Essa situação justifica a necessidade de estudar as relações entre os movimentos e o Estado e os seus significados. Analisar esses atores de forma distinta e perceber as diversas possibilidades de interação entre eles ajuda na compreensão dos movimentos sociais e de suas oportunidades políticas (BANASZAK, 2005; BANASZAK, 2010).

Portanto, a #partidA se mostra como um exemplo interessante nesse contexto interacional entre os movimentos e as instituições formais, principalmente por ser um movimento feminista que vê nesses espaços uma oportunidade favorável de ter as demandas das mulheres atendidas. Segundo as entrevistadas para a pesquisa, apenas a pressão por fora não está sendo suficiente, os problemas apresentados pelas ativistas só encontrarão soluções caso tenha essa diversificação da atuação.

## 4 – A #PARTIDA

### 4.1 – HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO

Entre o final de 2015 e o início de 2016, Marcia Tiburi, filósofa, escritora, professora e fundadora da #partidA, veio à Brasília e promoveu uma roda de conversa com cerca de 60 mulheres, no Balaio Café, na Asa Norte. Nesta roda, a filósofa, já com a bagagem de outros debates e conversas, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, instigou as participantes e veio com o questionamento de por que não ter um partido feminista no nosso contexto político? Nesse sentido, como uma provocação, já se teve a ideia de uma transgressão da própria linguagem com a adoção do artigo “A”, dando destaque para o caráter feminista do movimento. Logo após a roda, o núcleo da #partidA aqui no DF surgiu, assim como acontecia em outras cidades que a Marcia Tiburi passava, despertando essa ideia e encorajando a organização das mulheres interessadas.

A maioria das ativistas tem uma ativa trajetória política, com participação em diversos movimentos e ações coletivas. Com essa experiência, elas observaram que o repertório de ação precisava ser diversificado. Por isso, elas se uniram, principalmente no período pré-eleitoral e eleitoral de 2018, para acompanhar e apoiar candidaturas, federais e distritais, que estavam comprometidas com as demandas e os anseios das mulheres.

A maneira escolhida para se apresentar um fato, uma pessoa ou um problema, ou seja, o enquadramento (*framing*), pode ser usado como uma estratégia de movimentos sociais para apresentar seus problemas da forma com que se deseja serem percebidos (TARROW, 2009 [1998], p. 139-158). A “partidA” utiliza esse instrumento e o faz de uma forma interessante: desconstrói a linguagem para enfatizar que o domínio dos homens aparece até mesmo no uso da nossa língua portuguesa.

A #partidA possui uma organização interna horizontal, e pretende permanecer assim. Não há processo seletivo ou algo semelhante que coordene a entrada de mulheres no movimento, de modo que os únicos requisitos são: ser mulher e compartilhar com as ideias defendidas por elas.

Não há registros evidentes de quem participa do movimento. Inclusive, não se pôde identificar quem era ou não integrante do movimento quando da realização do evento de lançamento da “Plataforma Feminista”<sup>3</sup> em Brasília<sup>4</sup>, em que participaram

---

<sup>3</sup> Essa plataforma será explicada mais adiante.

<sup>4</sup> Evento realizado em 01/09/2018, de 14h-18:30, no ‘Outro Calaf’, no Setor Bancário Sul, em Brasília.

candidatas/os do DF, grupos e coletivos que interagem com a #partidA, e outras pessoas simpatizantes às ideias do movimento.

Isso se dá, principalmente, pela falta ou precariedade de controle quanto à participação das mulheres nas atividades e na atuação do movimento de forma geral. Todavia, essa situação não é enxergada como um problema pela #partidA/DF. Como elas querem agregar cada vez mais mulheres, não colocam barreiras quanto à intensidade de participação e de contribuição de cada uma.

Entretanto, esse quadro gera um enfraquecimento na organização do movimento, impactando até mesmo na sua atuação, que acaba se dando de forma mais individualizada. Não é que a #partidA/DF não tenha uma atuação conjunta, mas a participação mais efetiva acaba sendo a de poucas integrantes e de forma mais pontual.

Por exemplo, durante as eleições de 2018 no DF, o movimento teve duas atuações mais amplas que foram importantes: a construção e a divulgação da “Plataforma Feminista” e a campanha “Meu Voto Será Feminista”<sup>5</sup>. Já a atuação individual de cada ativista pareceu mais intensa e, durante as entrevistas, elas sabiam descrever melhor estas do que aquelas, mesmo a pergunta sendo diretamente direcionada para a atuação da #partidA/DF enquanto movimento nas eleições.

A #partidA é relativamente nova (2015/2016) e criada dentro de um contexto político e social turbulento, com a mudança abrupta de governo devido ao *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Conjectura essa que influenciou no cotidiano e, conseqüentemente, na atuação das ativistas para defender as ideias do movimento. Isso porque elas estavam e continuam envolvidas com pautas relacionadas ao posicionamento político que afetam a atuação do governo (Executivo, Legislativo e Judiciário) na defesa dos direitos da sociedade, incluídos os das mulheres, mas não somente estes.

Estes podem ser considerados fatores que interferem (ou até determinam) na forma com que o movimento atua. Isso porque, com a ideia de diálogo bem latente, a #partidA preza pela interação com diversos grupos, instigando, assim, a participação das ativistas em diferentes ambientes e até mesmo em outros movimentos.

Além disso, a própria história de cada integrante do movimento influencia no enfoque e na intensidade da sua atuação dentro dele. Todas são mulheres, mas cada uma é afetada de forma diferente por ser mulher, umas possuem uma condição financeira melhor, outras uma situação social mais privilegiada, algumas participam do governo de

---

<sup>5</sup> Essa campanha será melhor explicada mais adiante.

forma direta, outras estão mais nos bastidores, etc. Ou seja, existem diversas razões que justificam a atuação de cada uma e o motivo pelo qual enxergam o problema da representação precária das mulheres.

Dessa forma, com o reduzido, ou até ausente, controle quanto a sua organização interna e com a diversidade de história e motivação de cada ativista, o movimento não possui uma organização muito forte, nem interna, com o controle de atividades, nem externa, com a sua atuação por meio de seus repertórios de ação. Esse contexto gera, portanto, um certo individualismo na atuação das ativistas, mesmo que esta seja voltada para alcançar o objetivo maior do grupo.

## 4.2 – PROPÓSITO

A #partidA propõe a ideia radical de que a linguagem deve ser feminina. Segundo uma das entrevistadas, “(...) a língua portuguesa que nos coloca num mundo masculino, se somos trezentas num auditório e tem um homem, aí tudo já vai para o masculino, porque é assim que a regra gramatical manda. A regra gramatical é machista, vamos subverter essa ordem também. Essa é a regra, a língua é feita pelos usuários e pelas usuárias, somos usuárias, somos maioria, por que vamos deixar que a língua fale por nós, tirando a gente do universo?” (Entrevista com uma membra da “partidA/DF”, 28 de maio de 2018).

Quando o enquadramento é utilizado como estratégia de movimento social, ele funciona de forma a mobilizar a emotividade e a ideia de injustiça, com o intuito de gerar uma mudança na forma com que as pessoas pensam (TARROW, 2009 [1998], p. 139-158). No caso da “partidA”, elas formam seus quadros interpretativos (*frames*) de acordo com essa ideia. Ao utilizar a língua portuguesa de uma forma diferente, elas enquadram seu problema no sentido de mostrar o quanto o país é dominado por ideias masculinas, começando pela própria linguagem.

O problema principal apresentado pela “partidA” é o de que as mulheres não estão presentes de forma substancial nos espaços de poder. Como são maioria, deveriam estar nesses espaços e, ainda, ocupando posições de liderança. A proposta delas é dar às mulheres um lugar de protagonismo nos espaços públicos institucionais e não institucionais. Dessa forma, as ativistas usam a linguagem para enfatizar o caráter

feminino do movimento em contraposição ao sistema político brasileiro formal majoritariamente masculino.

Com essa ideia, elas tentam utilizar alguns conceitos mudando a terminação de “o” para “a”, começando pelo próprio nome do movimento, que já traz uma reflexão. Há uma espécie de provocação com a escolha da vogal “A” no final do nome, que traz uma ideia tanto de feminino para o movimento quanto de inversão no modo de fazer política. Essa inversão sendo feita através da construção de uma democracia feminista radical, com a desconstrução da dinâmica existente<sup>6</sup>.

A mensagem não é nova. A questão da baixa representatividade das mulheres nos espaços de poder já existe desde que as questões femininas são tratadas na literatura. Entretanto, o que merece destaque aqui é a forma com que a “partidA” fez o enquadramento desse problema. Elas utilizaram da inversão da língua portuguesa para destacar, de forma geral, a maneira com que elas desejam que os espaços de poder sejam: femininos.

Com relação à organização interna, o movimento não possui um regimento elaborado e aderido por todas, o que existe é uma “#manifestA”, com “princípiAs” que todas seguem, como por exemplo:

“#partidA é construção coletiva de um poder compreensivo, compartilhado e solidário, de um poder que se torna potência política em busca de confluência, auto-organização e auto-governo das populações desconsideradas nos cenários políticos tradicionais.

#partidA é transformação ética e política em defesa dos direitos fundamentais. (...)

#partidA defende a diversidade da cultura e da arte brasileira como base das políticas públicas feministas.

#partidA defende a educação e a saúde públicas de um ponto de vista feminista.

#partidA defende os direitos sexuais e reprodutivos para todas as mulheres, assim como o direito de decidir sobre o aborto.”<sup>7</sup>

Essas “princípiAs” regem o movimento nas diversas localidades, mas cada núcleo é auto gestor, dependendo das suas necessidades e especificidades. Há cidades em

---

<sup>6</sup> <https://partidanet.wordpress.com/sobre-a-partida/>. Último acesso em: 09/11/2019.

<sup>7</sup> <https://partidanet.wordpress.com/sobre/>. Último acesso em: 09/11/2019.



que as mulheres se reúnem e bordam, fazem artesanato juntas e outras em que elas produzem academicamente e intelectualmente<sup>8</sup>.

A #partida/DF, até início de 2017, era tida como referência no país, porque as mulheres eram muito produtivas, registravam tudo o que era feito em Brasília e disponibilizavam para todas as partidas<sup>9</sup>.

Nessa época, o movimento possuía três principais atividades: encontros de formação, onde se lia e debatia textos; rodas de conversa, em ambientes mais descontraídos, como bares e cafés; e participação em eventos produzidos por outros coletivos, com o objetivo de trazer maior visibilidade ao movimento. Atualmente, o movimento ainda tem encontros mensais abertos ao público, onde elas debatem algum tema relacionado à mulher escolhido previamente, como democracia feminista, comunicação não violenta e mulheres na política<sup>10</sup>. Além disso, a #partida/DF teve uma maior aproximação com os partidos políticos na sua atuação durante as eleições de 2018, que será descrita no próximo tópico.

### 4.3 – ATUAÇÃO

Desde a sua criação, o movimento tem atuado para aumentar o engajamento das mulheres nos espaços políticos, não apenas no governo em si, mas também em universidades, em manifestações e na rua, no geral. Os tipos principais de ação do movimento durante o ano de 2018 foram identificados como os seguintes<sup>11</sup>: rodas de conversa nas Regiões Administrativas (RAs) do DF, participação em reuniões/eventos e participação nas eleições.

As **rodas de conversa nas RAs do DF** funcionavam da seguinte forma: as ativistas marcavam datas, horários e locais diversos para a realização de rodas de conversa com temas escolhidos previamente por elas, como por exemplo, “violência contra as mulheres e rede de atendimento”, “segurança pública e saúde”, “mulheres do campo e meio ambiente”, etc. As conversas eram abertas ao público em geral e divulgadas por meios eletrônicos, como o Facebook e o Whatsapp. Apesar de serem encontros abertos

---

<sup>8</sup> Informações retiradas das entrevistas realizadas com as integrantes da #partida em 2018 e em 2019.

<sup>9</sup> Informações retiradas das entrevistas realizadas com as integrantes da #partida em 2018 e em 2019.

<sup>10</sup> Informações retiradas das entrevistas realizadas com as integrantes da #partida em 2018 e em 2019.

<sup>11</sup> Informações retiradas das entrevistas realizadas com as integrantes da #partida em 2018 e em 2019.

ao público, geralmente, só participavam as integrantes do movimento e algumas mulheres que moravam na RA em que as reuniões aconteciam.

A intenção era identificar quais eram as demandas em quais áreas e quais poderiam ser as soluções, principalmente por meio de políticas públicas, que seriam apresentadas para as/os candidatas/os. Segundo uma das entrevistadas<sup>12</sup>, a #partidA funcionaria como uma intermediadora entre as mulheres do DF e os governos federal e distrital, já que há uma dificuldade de ter a participação direta nos espaços de discussão e decisão, para além do voto no período eleitoral.

Essa situação se observa por diversos motivos, principalmente pela falta de tempo, dado que a realidade da maior parte das mulheres brasileiras é estar a todo momento no trabalho ou em trânsito ou cuidando da casa. Como há uma dificuldade de reivindicação dos direitos básicos, a #partidA quer ser a forma com que essa reivindicação se dará indiretamente, para, no futuro, possibilitar mais tempo livre para as mulheres participarem de forma mais direta.

Esses diversos encontros realizados deram origem à “Plataforma Feminista”, um documento criado e organizado pelas ativistas da #partidA que reuniu as demandas das mulheres habitantes do DF para apresentá-las às/aos candidatas/os. Independente de participarem do movimento, vários destes apoiaram e se comprometeram a atuar, de dentro do sistema político, conforme as demandas apresentadas na plataforma.

O objetivo do movimento era o de fazer com que eles se comprometessem a tomar medidas, por meio de ações praticadas dentro do governo, para que a vida das mulheres no DF melhorasse. Dessa forma, o movimento conseguiria adentrar nas instituições políticas formais para começar a alcançar seu principal objetivo, o de melhorar a representação precária da mulher na sociedade, garantindo a promoção de seus direitos básicos. O movimento tinha a ideia de fazer um controle desse compromisso firmado, mas não houve uma efetiva concretude nesse sentido.

Quanto à **participação em reuniões/eventos**, as ativistas divulgavam e participavam de reuniões/eventos que envolviam a temática debatida por elas, como por exemplo, o evento “Festival pela vida das mulheres”, ocorrido em agosto/2018, com a realização de oficinas e manifestações culturais, bem como debates acerca da legalização do aborto;

---

<sup>12</sup> Informações retiradas da entrevista realizada no dia 11/06/2018.

Uma última forma de atuação identificada foi a **participação nas eleições**. Durante o período eleitoral de 2018, o movimento estava bem atuante, funcionando mais como uma rede de atores, com vários pontos de influência e atuação. Um(a)s ativistas se candidataram, outras apoiaram candidaturas e até atuaram na campanha de algumas outras. Este repertório será mais explorado na próxima seção.

#### 4.4 – A #PARTIDA E AS INSTITUIÇÕES

A provocação inicial feita por Marcia Tiburi, a idealizadora da #partidA, e que incitou a criação do movimento (por que não ter um partido feminista no nosso contexto político?) gera algumas implicações e questionamentos importantes. Primeiro, é interessante compreender o que motiva o movimento querer se tornar um partido no contexto político brasileiro. Atualmente, o Brasil se encontra em uma dinâmica política pluripartidária, com a existência de 33 partidos, sendo que há, ainda, 75 em processo de formação, segundo o Tribunal Superior Eleitoral<sup>13</sup>. Nesse sentido, há um certo ceticismo no que diz respeito à estrutura partidária brasileira, por conta, principalmente, da enorme fragmentação atual. Então, como a #partidA se diferenciaria de um partido já existente?

O movimento quer ser uma “partida” e não um partido. O que significa dizer que elas propõem uma forma alternativa de fazer política, e não mais só uma política de margem “que é a mais verdadeira, sincera e real, mas que, ao mesmo tempo, está sempre em um lugar de margem, de subalternidade, posição secundária, que é um lugar ao qual as mulheres se acostumaram! (...) e também que pode ser confortável”<sup>14</sup>.

Segundo as entrevistadas, elas não podem ser um partido igual aos já existentes, ou seja, “No nosso caso, as pessoas não são convidadas a uma filiação mas, sim, a fazer política”<sup>15</sup>. Assim, o diferencial delas dos demais partidos seria o diálogo, por meio de rodas de conversas e contatos com outros movimentos e grupos, formando uma espécie de “rede de diálogo”<sup>16</sup>, para serem uma ‘partida’ aberta a todas e todos. Por enquanto, elas dialogam com alguns grupos, como: Fórum de Mulheres do DF e entorno, Pretas

---

<sup>13</sup> <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registados-no-tse>. Último acesso em: 09/11/2019.  
<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Janeiro/brasil-tem-75-partidos-politicos-em-processo-de-formacao>. Último acesso em: 09/11/2019.

<sup>14</sup> <http://blogs.correiobraziliense.com.br/igualdade/entrevista-com-filosofa-feminista-marcia-tiburi/>

<sup>15</sup> <http://blogs.correiobraziliense.com.br/igualdade/entrevista-com-filosofa-feminista-marcia-tiburi/>

<sup>16</sup> Termo utilizado pelas entrevistadas dos dias 28/05/2018 e 11/06/2018.

Candangas, Frente de Mulheres Negras do DF, Conspiração Libertina, Esquina Criativa, Coturnos de Vênus, Casa Frida e Secretarias de Mulheres.

Esse diálogo tem sido feito pela participação das próprias ativistas em alguns desses grupos, pela promoção/divulgação dos eventos promovidos por eles e pela participação da #partidA nesses eventos também. De acordo com as ativistas, para conseguir criar uma ‘partida’ e ter esse lugar de fala, é necessário ter negociações com outros grupos para ter uma relação de cooperação. Isso envolve um processo de organização e diálogo permanente<sup>17</sup>.

Todavia, com as entrevistas realizadas, observou-se que esse objetivo de se tornar um partido está adormecido, começando pela barreira formal, que exige uma porcentagem mínima de filiados de outro gênero. No caso, a #partidA é composta apenas por mulheres. Além disso, as atividades atualmente realizadas pelo movimento não convergem para que ele se torne um partido. As ativistas estão tentando alcançar os seus objetivos por outras formas.

Uma vez que se tornar um partido político não é, pelo menos no momento, o principal objetivo do movimento, ele está atuando de modo a ter uma relação com os partidos já existentes. Nesse sentido, um segundo ponto importante é analisar como se dá essa relação da #partidA/DF com os partidos já existentes e como essa relação ajuda na concretização de seus objetivos.

Para alcançar seu objetivo maior, o de ter mais mulheres nos espaços públicos, a #partidA/DF, no ano eleitoral de 2018, buscou uma aproximação com os partidos políticos existentes por meio de seus filiados. A #partidA foi atrás de candidaturas que apoiassem e a ajudassem a alcançar seus objetivos. Algumas integrantes até lançaram suas próprias candidaturas. Das 8 mulheres entrevistadas, apenas uma foi candidata, a Rita Andrade<sup>18</sup>, candidata à deputada distrital pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Ela relatou que a sua entrada no movimento foi justamente neste período de 2018. O motivo dessa entrada foi porque uma das bandeiras que ela queria levantar, enquanto candidata, era a da defesa e promoção dos direitos e das demandas das mulheres, ou seja, compartilhando com a ideia da #partidA.

Além de terem ativistas do movimento como candidatas, algumas integrantes ajudaram na campanha eleitoral de deputadas e deputados que trouxeram como uma de

---

<sup>17</sup> Informações retiradas das entrevistas realizadas com as integrantes da #partidA em 2018 e em 2019.

<sup>18</sup> Entrevista realizada no dia 20/11/2018.

suas pautas, a da mulher. O movimento atuou na divulgação das/dos candidatas/os, tanto eletrônica, pelas redes sociais, quanto por meio de panfletagem. Com essa atuação, o movimento os ajudou a serem vistos por parte da população do DF. Mesmo sem ganhar algum cargo eleitoral em 2018, as/os candidatas/os já são um pouco mais conhecidos e podem ter mais influência dentro do sistema político, tanto atual quanto para as próximas eleições.

O apoio às candidatas feministas foi mais forte devido à campanha “Meu Voto Será Feminista”<sup>19</sup>, que teve como objetivo o auxílio na ocupação de cargos eletivos por mulheres feministas nas eleições de 2018 no Brasil. Essa foi uma das formas que a #partida encontrou de ajudar a alcançar maior representatividade para as mulheres, pelo meio institucional, ou seja, com a ocupação de cargos eletivos. O resultado nacional da campanha foi o seguinte:

---

<sup>19</sup> <https://www.meuvotoserafeminista.com.br/>. Último acesso em 09/11/2019.



Fonte: <https://www.meuvotoserafeminista.com.br/>. Último acesso em: 14/09/2019

No DF, das 15 candidatas apoiadas por essa campanha, apenas 1 foi eleita, a Erika Kokay, para o cargo de deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Todavia, não há como medir a influência que o movimento teve na eleição desta candidatura. Isso porque a referida deputada estava se reelegendo pela segunda vez, ou seja, ela já era mais conhecida pela população do DF, de forma que a sua chance de eleição já era considerável.

De todo modo, o movimento considerou essa campanha muito importante para ajudar com o seu objetivo de ter mais mulheres ocupando mais cargos. No caso, mesmo

que apenas 1 mulher tenha ocupado um cargo eletivo, a #partidA/DF já conta com o apoio dela para operacionalizar, por meio de políticas públicas, as demandas das mulheres.

Nessa interação com alguns partidos políticos em 2018, houve cooperação no sentido em que Carlos (2017) apresenta, ou seja, mais como contribuição do que como uma relação conflituosa. Isso porque, por um lado, as ativistas do movimento ajudaram na campanha de candidatos dos partidos e, por outro lado, o movimento foi ouvido no período eleitoral, principalmente com a divulgação das ideias da “Plataforma Feminista”. O movimento funcionou como uma espécie de rede de atores engajados, com o objetivo de dar uma maior visibilidade e concretude às demandas das mulheres do DF, ouvidas durante a construção da referida plataforma.

Um ponto em comum que surgiu em todas as entrevistas foi a necessidade de ocupar mais os espaços políticos, desde palestras e eventos públicos a cargos políticos e eleitorais. Esse ponto me ajudou a entender a importância que as integrantes do movimento social enxergam na interação com os partidos políticos. Todas mencionaram a insuficiência da pressão exercida de fora para que as demandas das mulheres fossem atendidas pelas instituições do sistema político.

O movimento enxerga a interação com os partidos como uma forma de alcançar seus objetivos, ou seja, é por meio deles que elas conseguirão ter mais mulheres em espaços de poder e ter mais demandas de mulheres sendo atendidas. Para elas, o importante nessa relação é o fato de que a atuação dos partidos políticos, com a ocupação de cargos, a localização na dinâmica política brasileira, entre outros, influencia no modo como as políticas públicas são realizadas. Com essa influência existente dos partidos, as ativistas buscam maior aproximação com eles para que, colocando em debate as questões que envolvem as mulheres, haja mais políticas públicas voltadas às suas demandas.

Um último ponto a se destacar sobre a #partidA e a sua relação com os partidos é entender o que a #partidA é afinal. Durante as entrevistas, as ativistas se referiam a movimento social, partido em movimento e movimento de partido. Como uma importante repertório de ação do movimento é por meio da interação com partidos políticos, a definição do que é a #partidA está diretamente relacionada com essa sua forma de atuação.

Por enquanto, segundo as entrevistadas, a #partidA é um movimento social político que se constrói em torno de um problema, o da baixa e precária representatividade das mulheres. Mas, não é apenas isso. As ativistas querem disputar e ocupar os espaços de poder, isso inclui a ocupação de cargos no governo, eletivos ou não. Para isso, elas

dependem dos partidos políticos, já que, no Brasil, é necessário ser filiado a algum destes para concorrer a cargos eleitorais, além de que eles possuem uma influência dentro do sistema político capaz de auxiliar na obtenção de importantes posições não eletivas.

Ainda, mesmo que adormecida, a intenção de se tornar um partido político está presente na #partidA, mas seria um partido diferente, com uma construção mais dialógica, como já exposto. Dessa forma, como a #partidA é um movimento que caminha para a construção de uma ‘partida’ feminista, ela pode ser considerada um movimento de partido, como algumas ativistas definem ou um futuro partido-movimento (*movement-party*) como Cowell-Meyers (2014) conceitua. Ou seja, um movimento que se transforma (no caso da #partidA, quer se transformar) em partido político como uma tática escolhida dentro dos repertórios de confronto existentes.

#### **4.5 – DISCURSO DAS ATIVISTAS. EU VERSUS NÓS**

As entrevistas<sup>20</sup> trouxeram um panorama geral do grupo. Cada ativista tem a sua história com o seu próprio motivo para se envolver com a #partidA. Algumas são ativistas em outras áreas, além da feminista, e já estão na militância há décadas. Outras só fazem parte deste grupo e começaram a se engajar há pouco tempo, um ano ou menos.

Apesar da luta por uma maior representação das mulheres ser o objetivo de todas, o perfil do grupo é bem variado. Isso é comum em movimentos sociais, com a ideia de múltiplas identidades, em que se tem uma complexidade envolvida, bem como possíveis transformações. Mesmo um movimento que possui uma identidade de um único grupo, nele está uma espécie de condensação de experiências e heterogeneidade dos indivíduos envolvidos (DONATELLA, DIANI, 2006 [1999]).

Essa situação, apesar de conferir uma diversidade ao movimento, traz também um posicionamento mais individual de cada uma. Ao responderem algumas perguntas feitas durante as entrevistas, as ativistas faziam questão de frisar que era a sua opinião e não falavam sempre pelo movimento, mesmo a pergunta sendo diretamente sobre a posição do movimento em relação a determinado debate.

Apesar de estarem em defesa de um direito coletivo maior, mais amplo, que abarca diversas pessoas, principalmente as mulheres, o discurso das ativistas entrevistadas foi voltado para a sua atuação individual e o quanto que cada uma estava fazendo para

---

<sup>20</sup> Informações retiradas das entrevistas realizadas com as integrantes da #partidA em 2018 e em 2019.



melhorar a representação das mulheres no contexto político e social brasileiro. Quanto à atuação coletiva, poucos detalhes foram dados para além do que se podia encontrar nas mídias sociais do movimento<sup>21</sup>.

Muitas vezes, as respostas delas iam do ‘nós’ para o ‘eu’ bem rápido, outras vezes, já começavam direto no ‘eu’ e, ainda que tratassem do coletivo, as respostas não eram tão firmes, eram mais no “achismo” do que na certeza sobre o que o movimento realmente acredita.

Apesar da identidade coletiva ser de um grupo só, o das mulheres, cada ativista enxerga o problema da representação e a solução de uma forma, às vezes não tão diferente uma da outra, mas mesmo assim, diferente. Por isso, existem situações em que a heterogeneidade individual se sobrepõe, tanto para questionar a atuação do movimento quanto para enquadrar o problema e propor soluções diversas.

Como a #partidA possui uma estrutura e uma forma de ação dialógicas para englobar mais mulheres, as demandas trazidas por elas são diversas e específicas, e, para conseguir que haja uma atuação do movimento no sentido desejado, as ativistas tentam apresentar a sua solução da melhor forma possível. Para tal, é necessário mobilizar o seu discurso, que abarca as suas história e experiência individuais.

Esse discurso, juntamente com a falta de coesão organizacional, externaliza um movimento que defende uma pauta comum, mas com muita influência dos indivíduos que participam dele, conferindo uma individualização no modo como as ativistas atuam e falam.

## 5 – CONCLUSÃO

A #partidA possui uma atuação recente, principalmente com ações voltadas para as eleições de 2018, e que depende tanto das próprias ativistas como do engajamento das mulheres no geral. Durante as entrevistas, foi mencionado a importância do debate que elas levantam chegarem às instâncias de poder, principalmente ao governo, mas não só. Elas almejam a presença e a participação maior das mulheres em todas as áreas políticas,

---

<sup>21</sup> As mídias encontradas foram as seguintes (Último acesso em: 09/11/2019):  
<https://www.meuvotoserafeminista.com.br/>;  
[https://www.facebook.com/pg/sigapartida/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/sigapartida/about/?ref=page_internal);  
<https://partidanet.wordpress.com/2016/11/19/partida-feminista/>;  
e <https://www.facebook.com/partidaDF/>.

porque, segundo elas, apenas assim haverá um maior interesse às problemáticas que envolvem as mulheres.

Cada ativista tem a sua própria história e a sua intensidade de engajamento no grupo, o que é muito comum em movimentos sociais, segundo Donatella e Diani (2006 [1999]), e faz com que o movimento tenha uma diversidade de identidade e complexidade. Isso não quer dizer que não há uma união, existe um motivo em comum entre elas, o da luta para uma maior representatividade das mulheres, por meio, principalmente, da ocupação dos espaços políticos, para que as suas diversas demandas sejam atendidas. Todas as entrevistadas identificaram que apenas a pressão por fora das instituições políticas não era suficiente. A atuação deveria estar dentro delas para que uma maior efetividade possa ser alcançada.

Com a sua intensa atuação durante o período eleitoral de 2018, interagindo com os partidos políticos, por meio de apoios a campanhas ou até mesmo lançamento de candidaturas, a #partidA aproveitou essa oportunidade política para colocar em prática o seu maior objetivo, o de aumentar a representatividade feminina no Brasil. Nessa interação, houve cooperação no sentido em que Carlos (2017) apresenta, ou seja, mais como contribuição do que como uma relação conflituosa. Isso porque, por um lado, as ativistas do movimento ajudaram na campanha de candidatos dos partidos e, por outro lado, o movimento foi ouvido no período eleitoral, principalmente com a divulgação das ideias da “Plataforma Feminista”. O movimento funcionou como uma espécie de rede de atores engajados, com o objetivo de dar uma maior visibilidade e concretude às demandas das mulheres do DF, ouvidas durante a construção da referida plataforma.

Nesse sentido, elas apresentam uma noção de injustiça, com a hegemonia masculina nas posições de liderança, e tentam mobilizar a emotividade, principalmente das mulheres, mas também dos homens. Segundo uma entrevistada, “(...) a gente quer que os homens sejam parceiros disso, mas a gente quer equidade. Se somos metade, queremos metade do espaço e, se vamos entrar, homem tem que sair mesmo (...). Aí está a solidariedade que queremos dos homens que se dizem parceiros. Entender que espaço de fala é calar e ouvir também, não interromper alguém porque é mulher que está falando.” (Entrevista com uma membra da “partidA/DF”, 28 de maio de 2018). O propósito aqui é conseguir alcançar as pessoas e tentar mudar a forma com que elas pensam, de modo a

colocar o problema que o movimento visualiza como sendo permeado na vida das pessoas a todo momento e que precisa de maior atenção.

Assim, a #partida demonstrou como a relação com o Estado e as suas instituições pode ser uma saída para um movimento social alcançar os seus objetivos e ter as suas demandas atingidas. É evidente que a inovação na atuação é sempre um risco, todavia, quando há a saturação de formas tradicionais de ação, sem a observância da eficácia pretendida, faz-se necessário a reinvenção para se ter algum resultado.

## 6 – REFERÊNCIAS

### 6.1 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa von. “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?”. Porto Alegre: Sociologias 13, v. 13, n. 28, 2011, p. 52–84.

ABERS, Rebecca; TATAGIBA, Luciana; SERAFIM, Lizandra. “Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula”. Rio de Janeiro: DADOS, vol. 57, n. 2, 2014, p. 325-357.

ALONSO, Angela. “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. São Paulo: Lua Nova, n. 76, 2009, p. 49-86.

BANASZAK, Lee Ann. “*Inside and outside the state: movement insider status, tactics and public policy achievements*”. In: *Routing the Opposition: Social Movements, Public Policy, and Democracy*. Org.: David S. Meyer, Valerie Jenness e Helen Ingram; University of Minnesota Press, 2005, p. 149-176.

BANASZAK, Lee Ann. “*The women’s movement inside and outside the state*”. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.

BIROLI, Flávia. “Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil”. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 171-204.

CARLOS, Euzeneia. “Cooperação e Conflito na Relação Movimentos Sociais e Estado”. Florianópolis: Política & Sociedade, v. 16, n. 35, 2017, p. 321-350.

CLEMENS, Elisabeth S., “Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920”, Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, n. 3, 2010 [1993], p. 161-218.

COSTA, Ana Alice Alcantara. “O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política”. Niterói: Gênero, v. 5, n. 2, 2005, p. 9-35.

COWELL-MEYERS, Kimberly B. “The social movement as political party: the northern ireland women’s coalition and the campaign for inclusion”. American Political Science Association, v. 12, n. 1, 2014, p. 61-79.

DONATELLA, Della Porta; DIANI, Mario. “Collective Action and Identity”. In: *Social Movements: In Introduction*. Oxford: Blackwell, 2006 [1999], p. 89-113.

EV, Leonardo da Silveira; GOMES, Aline Burni Pereira. “Entre a especificidade e a teorização: a metodologia do estudo de caso”. Teoria e Sociedade, v. 2, n. 22, 2014, p. 75-103.

MCADAM, Doug, TARROW, Sidney, TILLY, Charles. “Para mapear o confronto político”. São Paulo: Lua Nova, n. 76, 2009, p. 11-48.

MEZA, Humberto; TATAGIBA, Luciana. “Movimentos sociais e partidos políticos: as relações entre o movimento feminista e o sistema de partidos na Nicarágua (1974-2012)”. Campinas: Opinião Pública, v. 22, n. 2, 2016, p. 350-384.

TARROW, Sidney. “Capítulo 2: Ação coletiva modular”, “Capítulo 5: Oportunidades e restrições políticas” e “Capítulo 7: Interpretando o confronto”. In: O poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009 [1998], p. 49-65; 99-121, 139-158.

TILLY, Charles. “Movimentos sociais como política”. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, n. 3, 2010, p. 133-160.

YIN, Robert K. “Capítulo 1: Introdução”. In: Estudo de Caso: planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005, p. 19-36.

## **6.2 – OUTRAS REFERÊNCIAS**

Entrevistas realizadas entre abril de 2018 e janeiro de 2019 com 8 ativistas da #partidaA.

<http://blogs.correiobraziliense.com.br/igualdade/entrevista-com-filosofo-feminista-marcia-tiburi/>. Último acesso em: 09/11/2019.

<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Último acesso em: 09/11/2019.

<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Janeiro/brasil-tem-75-partidos-politicos-em-processo-de-formacao>. Último acesso em: 09/11/2019.

<https://partidanet.wordpress.com/sobre/>. Último acesso em: 09/11/2019.

<https://partidanet.wordpress.com/sobre-a-partida/>. Último acesso em: 09/11/2019.

<https://www.meuvotoserafeminista.com.br/>. Último acesso em: 09/11/2019.

[https://www.facebook.com/pg/sigapartida/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/sigapartida/about/?ref=page_internal). Último acesso em: 09/11/2019.

<https://www.facebook.com/partidaDF/>. Último acesso em: 09/11/2019.